



PODER EXECUTIVO
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO 024/2019
PREGÃO PRESENCIAL 017/2019

EXCLUSIVA PARA MPE'S

PREÂMBULO

O Município de Presidente Olegário - MG, com endereço na Praça Doutor Castilho nº. 10, Centro, torna pública, aos interessados, a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO 024/2019**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 017/2019** do tipo "**MENOR PREÇO**", critério de julgamento por **ITEM**, para contratação de empresa ou profissional para manutenção do sistema de abastecimento de água, manutenção e zeladoria dos bens móveis e imóveis do patrimônio do município, nas localidades de Bela Vista, São Pedro da Ponte Firme e Andrequicé, que reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O pregão terá como Pregoeira e Equipe de Apoio, aqueles designados pela Portaria Municipal nº **006/2019**
2. Considerando que o item desta contratação tem seu valor de referência menor que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estes terão destinação exclusiva para MPE's, dado que, consoante aos artigos 47 e 48, I da LC 123 de 14 de dezembro de 2006, nas contratações públicas, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando, dentre outros, a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, o âmbito regional compreende os limites geográficos do Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido no Decreto Estadual 47437 de 26 de junho de 2018.
3. Em consonância com o inciso II, do art. 49 da LC 123/06 e com fundamento no princípio da celeridade que visa à simplificação dos procedimentos licitatórios, se não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no edital e ainda, **se a proposta não for a mais vantajosa para a Administração Pública**, após concedidos os benefícios às MPE's, os itens terão destinação à ampla concorrência, situação em que poderá ser utilizado o mecanismo do empate ficto, ou seja, serão protocolados os envelopes de todas as empresas que tenham interesse em participar deste certame.

II – OBJETO

1. - É objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, MANUTENÇÃO E ZELADORIA DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, NAS LOCALIDADES DE BELA VISTA, SÃO PEDRO DA PONTE FIRME E ANDREQUICÉ**, de acordo com especificações constantes no Anexo I deste instrumento convocatório.

2. O valor mensal máximo para a execução dos serviços será de:

- R\$ 1.000,00, para o **item 001** – Contratação de responsável pela limpeza dos logradouros públicos e manutenção corretiva e preventiva do sistema de abastecimento de água na localidade de Bela Vista.
- R\$ 1.600,00, para o **item 002** – Contratação de responsável pela limpeza dos logradouros públicos e manutenção corretiva e preventiva do sistema de abastecimento de água e coleta de lixo na comunidade de Andrequicé.
- R\$ 1.000,00, para o **item 003** - Contratação de responsável pela limpeza dos logradouros públicos e manutenção corretiva e preventiva do sistema de abastecimento de água na comunidade de São Pedro da Ponte Firme.

III – DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA

1. - A sessão pública de abertura deste certame **será gravada em áudio e vídeo conforme previsto em Decreto Municipal de nº 1.062 de 12 de julho de 2018** e ocorrerá no dia, horário e local especificados abaixo:

DIA: 23/05/2019



PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13h00min, impreterivelmente.

ABERTURA DOS ENVELOPES: após o credenciamento, às 13h10min.

LOCAL: Sala de reuniões da Prefeitura, situada na Praça Dr. Castilho n° 10, Centro, em Presidente Olegário/MG.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar desta licitação pessoas físicas/jurídicas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado e que atendam as disposições contidas neste edital;
2. Não poderão participar deste Pregão:
 - 2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
 - 2.2. Excepciona-se o disposto acima, quando a sociedade apresentar autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto, por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social ou outro quórum estabelecido no contrato social (art. 70 da Lei Complementar n° 123/06.)
 - 2.3. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
 - 2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7° da Lei n° 10.520/02 e art. 28 do Decreto n° 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei n° 8.666/93);
 - 2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8°, V da Lei n° 9.605/98;
 - 2.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 2.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
 - 2.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n° 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
 - 2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9° da Lei n° 8.666/93.
3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
4. É vedada a participação de parentes próximos ou afins dos membros da Comissão de Licitação.

V – DA DISPONIBILIDADE E AQUISIÇÃO DO EDITAL

1. Os interessados poderão consultar e adquirir o Edital completo pelo *site*: www.presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes, na aba que representa o Pregão Presencial 017/2019.

VI – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

1. Os licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos neste edital, a DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO, fora dos envelopes e 2 (dois) envelopes devidamente numerados e fechados, contendo no envelope n° 1, sua proposta comercial e no envelope n° 2, a documentação para habilitação, ambos deverão conter, na parte externa os seguintes dizeres:

<p style="text-align: center;">RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO “ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS” PROCESSO LICITATÓRIO 024/2019 PREGÃO PRESENCIAL 017/2019</p>
<p style="text-align: center;">RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO “ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” PROCESSO LICITATÓRIO 024/2019 PREGÃO PRESENCIAL 017/2019</p>

2. Os referidos envelopes deverão ser protocolados e entregues **até às 13h do dia 23 de maio de 2019**, impreterivelmente, no Setor de Protocolo da Divisão de Compras e Licitações, na Praça Dr. Castilho n° 10, Centro.
3. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO não se responsabilizará por envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação” entregues diferentemente do exigido no item anterior ou envelopes entregues em outro setor/pessoa.
4. **Quaisquer documentos que forem apresentados sem que tenham sido solicitados no edital, serão desprezados durante a conferência pela Comissão de Pregão.**



VII – DO CREDENCIAMENTO

1. O horário do credenciamento dos interessados será até as **13h00min**, e será efetuado conforme a ordem de chegada. Após isso, a Pregoeira declarará encerrado o protocolo, momento que não mais serão aceitos novos interessados, iniciando-se, em seguida, à abertura da sessão pública.

2. Os documentos de credenciamento, bem como a declaração de habilitação prévia e enquadramento como ME ou EPP serão recebidos até a finalização do lançamento e cadastramento das empresas e representantes no sistema informatizado de licitação, declarada aberta a sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início à abertura dos envelopes.

2.1. NO ATO DO CREDENCIAMENTO/PROTOCOLO, O REPRESENTANTE DEVERÁ PORTAR TODAS AS CÓPIAS NECESSÁRIAS, POIS O MUNICÍPIO NÃO DISPÕE DE EQUIPAMENTO PARA FAZER CÓPIAS PARA AS LICITANTES.

3. O credenciamento far-se-á através de:

3.1. Pessoa Física:

- a) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Documento oficial de identificação com foto.
- b) Declaração Habilitatória”, conforme Anexo III, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital

3.2. Representante Legal:

- a) Estatuto Social, Contrato Social (última alteração) ou outro documento de registro comercial no qual conste os poderes necessários para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, principalmente quanto ao lance verbal e desistência ou manifestação de recurso, juntamente com:
- b) Documento oficial de identificação com foto. (cópia e original)
- c) “Declaração Habilitatória”, conforme Anexo III, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.3. Procurador:

- a) Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado;
- b) Instrumento público ou particular de procuração, sempre acompanhado do contrato social ou outro instrumento constitutivo da eventual proponente, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas do pregão, formular verbalmente lances ou ofertá-los, desistir verbalmente de formular lances, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela pregoeira, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- c) Documento oficial de identificação com foto. (cópia e original)
- d) “Declaração Habilitatória”, conforme Anexo III, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.3.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, impõe-se a comprovação da capacidade do outorgante para constituir mandatário através da apresentação do contrato/estatuto social da empresa.

3.3.2. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4. Se remetido via postal, deve apresentar:

- a) Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado;
- b) “Declaração Habilitatória”, conforme Anexo III, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

4. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à pregoeira e equipe de apoio para autenticação, no momento do protocolo ou durante a sessão de abertura do envelope Documentação Habilitação.



5. Não será admitido o mesmo representante legal para mais de uma empresa credenciada.
6. Caso o licitante não tenha um representante na sessão, os envelopes serão protocolados e as propostas lançadas no sistema, mas a empresa não terá direito a apresentar lances.
7. **Se a empresa licitante tiver interesse em fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/06 e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06, deverá apresentar, no ato do credenciamento, a Declaração de Condição de Microempresa ou EPP e/ou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial emitida nos últimos 60 dias, sob pena de preclusão do direito de reclamar tais benefícios.**
8. **A ausência do representante devidamente credenciado importará a exclusão da licitante na etapa de lances verbais.**
9. Terceiros não credenciados poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- ✓ **10. Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados e entregues fora dos envelopes de proposta e habilitação.**

VIII – DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, preenchida de forma legível, sem rasuras, emendas, borrões, ressalvas, entrelinhas ou outras omissões que dificultem o seu entendimento e assinada pelo representante legal da empresa ou pela licitante pessoa física. Dela deverá constar obrigatoriamente:
 - a) o correto preenchimento de todos os dados solicitados no modelo do Anexo I;
 - b) descrição do objeto ofertado, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital; informar marca para os itens que não forem de fabricação própria;
 - c) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;
2. **Propostas que possuem pequenas incorreções que não acarretem lesões ao direito das demais licitantes, poderão ser retificadas pelo representante legal da empresa ou seu mandatário na sessão pública do pregão, após autorização da pregoeira.**
3. Só serão admitidas propostas que ofertem apenas um preço para o item do objeto desta licitação
4. Os preços ofertados somente serão apreciados se contendo duas casas decimais, caso contrário será desprezado o excedente.
5. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com os Títulos e condições deste edital e total sujeição à legislação pertinente.
6. Erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens da planilha de preços poderão ser corrigidos pela pregoeira após a solicitação pelo licitante.
7. As propostas de preços deverão ser apresentadas, preferencialmente, no padrão do modelo constante do Anexo I deste edital, no entanto, se houver informações inerentes ao objeto licitado, deverão ser acrescentadas pelo licitante ficando este o único responsável por apresentá-las. Caso utilize de modelo próprio, fazer constar os dados da empresa, dados bancários e dados do responsável legal para celebração do contrato.
8. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, uniformes, EPIs e o que mais se fizer necessário além de quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

→ ***ALERTA aos licitantes sobre o Informativo de Licitações e Contratos do TCU nº 349/18 com o seguinte teor: “Os licitantes, sob risco de responderem por superfaturamento em solidariedade com os agentes públicos, têm a obrigação de oferecer preços que reflitam os paradigmas de mercado, ainda que os valores fixados pela Administração no orçamento-base do certame se situem além daquele patamar.”***

IX – DA HABILITAÇÃO

1. Com o objetivo de comprovar a sua situação de regularidade, as licitantes deverão apresentar:
2. **PESSOA FÍSICA**
 - 2.1. Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Documento de Identidade (RG);
 - 2.2. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
 - 2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;



- 2.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal OU Declaração de que não possui empregados.
- 2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11.
- 2.7. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- 2.8. Certidão Negativa Judicial de Natureza Cível, tipo: Execução Cível, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;
- 2.9. Declaração emitida pela associação do distrito constando que a licitante reside no próprio **ou** comprovante de endereço na comunidade em nome da licitante.
- 2.10. Juntamente com os documentos referidos nas cláusulas anteriores será apresentada, para fins de habilitação, Declaração, assinada pelo licitante, firmada, sob as penas da lei, de que:
 - 2.10.1. a Pessoa Física não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
 - 2.10.2. para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
 - 2.10.3. assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
 - 2.10.4. de disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pela licitante.
 - 2.10.5. A declaração deverá ser apresentada conforme modelo constante do **Anexo IV** deste ato convocatório.

3. PESSOA JURÍDICA

- 3.1. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;
 - 3.2. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa licitante;
 - 3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa licitante;
 - 3.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
 - 3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11.
 - 3.7. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;
 - 3.8. Comprovação de que possui, em seu quadro de pessoal, na qualidade de sócio, associado, empregado ou prestador de serviço, funcionário residente na localidade pretendida. Serão aceitos os seguintes meios de prova da efetiva contratação dos referidos profissionais:
 - 3.8.1. contrato social, se sócio da empresa; ou
 - 3.8.2. carteira de trabalho ou contrato de trabalho; e
 - 3.8.3. declaração emitida pela associação da localidade pretendida, constando que o funcionário em questão reside na própria; ou
 - 3.8.4. comprovante de endereço na localidade em nome do funcionário.
 - 3.9. Juntamente com os documentos referidos nas cláusulas anteriores será apresentada, para fins de habilitação, Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, firmada, sob as penas da lei, de que:
 - 3.9.1. a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
 - 3.9.2. para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
 - 3.9.3 assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
 - 3.9.4. de disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pelo representante legal da empresa.
 - 3.9.5. A declaração deverá ser apresentada conforme modelo constante do **Anexo IV** deste ato convocatório.
4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou na Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, por funcionário autorizado, ou ainda publicação em Órgão da Imprensa Oficial.



5. Os documentos emitidos pela Internet serão aceitos, estando sujeitos à verificação de sua autenticidade na hora da abertura – Habilitação.

X – DA SESSÃO PÚBLICA

1. Encerrado o prazo de credenciamento, a Pregoeira declarará aberta a sessão pública, recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, respeitando-se a ordem de credenciamento efetuada.

2. Classificação das propostas comerciais:

2.1. Abertos os envelopes de Propostas de Preços, serão analisadas e verificadas o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

2.2. A Pregoeira classificará o autor da proposta de **MENOR PREÇO ITEM** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço relativa à ME/EPP, para participarem dos lances verbais.

2.3. Se não houver, no mínimo, três propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

3. Lances Verbais

3.1. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

3.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação de lances.

3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelos licitantes, para efeito de posterior ordenação das propostas.

3.4. O valor de decréscimo dos lances será de, no mínimo, **0,5% (meio por cento)** do menor valor apresentado ou conforme estabelecido pela Pregoeira na sessão pública de pregão presencial.

4. Julgamento

4.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO** ofertado por **ITEM**, observadas as demais condições definidas neste Edital.

4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1. Caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

4.2.2. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

4.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

4.5. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

4.6. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a Pregoeira poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

4.7. A Licitante vencedora se obriga a apresentar, no prazo de até 05 dias, a planilha de realinhamento de preços contendo os valores unitários dos produtos.

5. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

6. Havendo interesse de algum licitante em interpor recursos, serão recolhidos os envelopes de habilitação de todos os participantes, até o julgamento dos recursos.

7. A Pregoeira devolverá os envelopes de “documentos de habilitação”, inviolados, nos seguintes casos:

7.1. após a decisão dos recursos, os licitantes julgados desclassificados em todos os itens;

7.2. após a efetiva entrega pelo vencedor do objeto licitado;

8. A sessão pública deste pregão será gerenciada pela Pregoeira Oficial e sua equipe de apoio.

→ **Importante: Toda forma de manipulação, acordo, combinação ou fraude por parte dos licitantes ou qualquer outra pessoa que prejudique o pregão, principalmente à combinação de lances e/ou propostas, será imediatamente comunicada a Autoridade Policial e ao Ministério Público para que tomem as devidas medidas pertinentes, como previsto no artigo 90 a 95 Lei 8.666/93.**



XI – DOS RECURSOS

1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá imediata e motivadamente, manifestar a intenção de recorrer, o que será, preliminarmente, avaliado quanto a sua aceitabilidade, pela Pregoeira.
2. Sendo aceito na preliminar o recurso, a síntese do mesmo será lavrada em ata, sendo concedido prazo de 03 dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
3. O licitante poderá também apresentar as razões no ato do pregão, as quais serão levadas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 dias úteis.
6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
7. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos desta Instituição e comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico.
8. As razões do recurso poderão ser interpostas mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico compras@po.mg.gov.br, ou protocolizadas na Divisão de Compras e Licitações, dirigida à Pregoeira, que deverá decidir, auxiliado pelo setor jurídico.
9. A petição deverá ser assinada pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

XII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. Para a adjudicação, a Pregoeira poderá utilizar também, como parâmetro, além do preço médio, o menor preço obtido na pesquisa de preços de mercado, portanto não se obriga a adjudicar itens acima desses valores.
2. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:
 - 1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 1.3. fraudar na execução do contrato;
 - 1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 1.5. cometer fraude fiscal;
 - 1.6. não mantiver a proposta.
2. - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 2.1. Advertência;
 - 2.2. Multa, nos seguintes percentuais:
 - 2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia de atraso na inexecução do contrato;
 - 2.2.2. 3,0% (três por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução parcial das obrigações contratuais;
 - 2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução total das obrigações contratuais.
 - 2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
 - 2.4. Impedimento de licitar e contratar;
 - 2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso V do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
3. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição.
4. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato.
5. Extensão das penalidades:



5.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

- a) retardarem a execução do pregão;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração
- c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

XIV – DO PAGAMENTO

1. - O pagamento será efetuado em até 10 dias após a emissão da Nota Fiscal, através de crédito em conta corrente, devendo a licitante vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da nota ou em anexo, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato.

1.1. - Em caso de alteração de conta bancária, a contratada deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

2. - A despesa com a aquisição, estimada em **R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)** conforme o orçamento estimativo realizado pelo Setor de Compras e Licitações, correrá à conta das dotações orçamentárias relacionadas abaixo relativas ao exercício de 2019.

Fichas:

661 - 02.08.01.04.122.1502.2044.3.3.90.36.00.Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física

662 - 02.08.01.04.122.1502.2044.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

3. Caso necessário, poderão ser incluídas novas fichas por meio de apostilamento.

XV – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.A licitante vencedora do certame fica na obrigação de iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

2. Os serviços, objeto deste contrato, deverão ser executados sempre que necessário, de segunda a segunda, inclusive feriados, sob aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento.

3. Executar os serviços de acordo com o Anexo I, bem como, em conformidade com o Plano de Trabalho, Anexo V, deste instrumento convocatório.

4. O licitante vencedor do item 002, cujo serviços realizados na comunidade de Andrequicé, terá como incumbência a coleta do lixo durante todo o período de vigência do contrato, dessa forma, qualquer equipamento que eventualmente necessite ficará a encargo do contratado, assim sendo, se responsabilizando por qualquer ônus referente ao serviço.

5.O prestador do serviço deverá ser residente (morador) na localidade, onde executará os serviços deste certame.

6. A contratada deverá zelar pela boa prestação dos serviços e deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.

XVI – DO CONTRATO

1. Esta contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

2. O contrato poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 57 da lei 8.666/93.

3. Poderão ser realizadas alterações contratuais, com as devidas justificativas, respeitando o disposto no artigo 65 da lei 8.666/93, portanto, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

XVII – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1. O edital encontra-se disponível na internet, no site www.po.mg.gov.br.

2. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.po.mg.gov.br, bem como as publicações no Diário Oficial de Presidente Olegário-MG, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

3. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail compras@po.mg.gov.br, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

3.1. As respostas da Pregoeira às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail ou disponibilizada no site www.po.mg.gov.br no campo “LICITAÇÕES > EDITAIS”, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

4. No link correspondente ao edital serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que a Pregoeira julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

5. Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico compras@po.mg.gov.br, ou protocolizadas na Divisão de Compras e Licitações, dirigidas a Pregoeira, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor jurídico.



5.1. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

5.1.1 Os documentos citados no subitem 5.1 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor público da Divisão de Compras e Licitações ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

5.2. O Município de Presidente Olegário não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pela Pregoeira, e que, por isso, sejam intempestivas.

5.3. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

5.4. A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

XVII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra sendo considerado **totalmente aceito** após apresentação da documentação e da proposta de preços, momento que não serão aceitos alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

2. Os proponentes interessados tanto nas “propostas de preços” como dos “documentos de habilitação” poderão, a qualquer tempo, solicitar, junto à Pregoeira, vista dos autos do processo.

3. É facultado à Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.

5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6. A presente licitação somente poderá ser revogada ou anulada, conforme previsto na legislação pertinente.

7. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8. Ficarão retidos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os envelopes de todas as empresas participantes do certame; expirado esse prazo, os representantes das empresas participantes terão o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para retirada dos envelopes de documentação. Caso não seja observado o prazo aqui previsto, o(s) envelope(s) de documentação será(o) destruído(s), o que implica em renúncia do direito a possíveis reclamações.

9. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

10. Todas as alterações, retificações, comunicados ou quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no Edital, deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Pregoeira e sua equipe, na Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, no endereço Praça Dr. Castilho, nº10, Centro, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de início dos trabalhos licitatórios, as quais serão respondidas, por meio de circular e disponibilizada no site po.mg.gov.br/licitacoes e também no Diário Oficial de Presidente Olegário-MG, e será de total responsabilidade das licitantes o acompanhamento destas informações, onde os interessados poderão consultar a qualquer momento. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (34) 3811-1560/1231 ou pelo e-mail compras@po.mg.gov.br.

11. Constituem anexos do presente edital, dele fazendo parte integrante:

- **Anexo I** – Proposta de Preços
- **Anexo II** – Modelo de Credenciamento;
- **Anexo III** – Declaração Habilitatória;
- **Anexo IV** – Declaração de Idoneidade;
- **Anexo V** – Plano de Trabalho;
- **Anexo VI** – Minuta de Contrato;
- **Anexo VII** – Termo de Referência;

Presidente Olegário, 09 de maio de 2019.

Adriana Nair da Silva Sousa
Pregoeira Oficial
Município de Presidente Olegário



ANEXO I

PROCESSO DE LICITAÇÃO:024/2019

PREGÃO PRESENCIAL 017/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social/Nome Completo do licitante:

CNPJ/CPF:

Insc. Estadual/ Documento de Identificação:

Endereço:

CEP: _____ - _____

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

e-mail:

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (QUALQUER BANCO / "PREFERENCIALMENTE" BANCO DO BRASIL):

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Endereço:

CEP:

Identidade:

Órgão expedidor/UF:

Data de Expedição:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

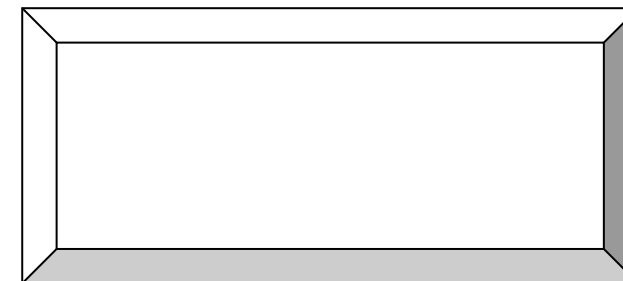
e-mail:



Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
00001	CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA	M	12	CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA LOCALIDADE DE BELA VISTA, CONFORME PLANO DE TRABALHO.		
00002	CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA	M	12	CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE LIXO NA COMUNIDADE DE ANDREQUICÉ, CONFORME PLANO DE TRABALHO.		
00003	CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA	M	12	CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO DA PONTE FIRME, CONFORME PLANO DE TRABALHO.		
Valor Total =>						

Carimbo ou outra forma de identificação do proponente.

Validade da Proposta: 60 dias



- ⇒ Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preço e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.
- ⇒ Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura: _____ Data ____/____/____



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO (PROCURAÇÃO) (fora do envelope)

OUTORGANTE: A _____(nome da empresa /pessoa física), CNPJ/CPF _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) _____ (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

OUTORGADO: Senhor(es) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

PODERES: A quem confere poderes para, junto ao Município de Presidente Olegário, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação em epígrafe, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s) ainda, poderes especiais para:

- desistir de recursos e do prazo recursal;
- interpor recursos;
- apresentar lances verbais;
- assinar declarações e outros documentos;
- negociar preços e demais condições;
- confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar Quitação, podendo ainda, substabelecer-se esta para outrem, com ou sem reserva de poderes.

..... de.....de 2018.

OUTORGANTE (RECONHECER FIRMA)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

ANEXO III

DECLARAÇÃO HABILITATÓRIA (fora do envelope)

A empresa / Sr (a) _____, CNPJ/CPF _____ para fins de atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520 de 17.07.02, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados no edital e que tem conhecimento de que fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento poderão implicar na desclassificação.

....., de de 2019.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa / Pessoa física



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (envelope nº 2)

A empresa/Pessoa Física _____, CNPJ/CPF _____, com sede na _____, cidade _____/UF, CEP: _____-__ DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a empresa/Pessoa Física não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- tem disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao cumprimento e efetiva entrega do objeto desta licitação.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

_____, _____ de 2019.

Assinatura do Diretor

ou

Representante Legal da empresa /Pessoa Física



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

ANEXO V

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO – ITEM 001

SERVIÇOS	Valor mensal
Serviço de Correios	
Manter e acompanhar o funcionamento do sistema de abastecimento de água da comunidade verificando a necessidade de manutenção e existência de avarias, e caso sejam verificadas, informar aos responsáveis os possíveis problemas. Substituir encanamentos quando for necessário, além de limpeza de caixas d'água, abertura de chamado junto a CEMIG (se for o caso), manutenção e limpeza das ruas da comunidade, bem como de prédios, praças e logradouros públicos realizando capina e remoção de entulhos. Deverá ser feita a monitoração dos recursos hídricos da comunidade. Todos os serviços deverão ser prestados de forma cordial e prestativa perante aos moradores da comunidade.	
OBSERVAÇÃO:>>>Manter em bom estado todos os outros Bens Móveis e Imóveis (Patrimônio) que se encontra na localidade de propriedade do Município de Presidente Olegário.	
Contratação de profissional multitarefa localidade de Bela Vista	R\$ 1.000,00

PLANO DE TRABALHO – ITEM 002

SERVIÇOS	Valor Mensal
Serviço de Correios	
Manter e acompanhar o funcionamento do sistema de abastecimento de água da comunidade verificando a necessidade de manutenção e existência de avarias, e caso sejam verificadas, informar aos responsáveis os possíveis problemas. Substituir encanamentos quando for necessário, além de limpeza de caixas d'água, abertura de chamado junto a CEMIG (se for o caso), manutenção e limpeza das ruas da comunidade, bem como de prédios, praças e logradouros públicos realizando capina e remoção de entulhos. Deverá ser feita a monitoração dos recursos hídricos da comunidade. Todos os serviços deverão ser prestados de forma cordial e prestativa perante aos moradores da comunidade. E, por fim, efetuar a coleta de lixo todos os meses do ano, inclusive durante a realização da festa em louvor à Nossa Senhora da Abadia.	
OBSERVAÇÃO:>>>Manter em bom estado todos os outros Bens Móveis e Imóveis (Patrimônio) que se encontra na localidade de propriedade do Município de Presidente Olegário.	
Contratação de profissional multitarefa localidade de Andrequicé.	R\$ 1.600,00

PLANO DE TRABALHO – ITEM 003

SERVIÇOS	Valor Mensal
Manutenção e limpeza das ruas da comunidade como também nos prédios, praças e logradouros públicos, com capina e remoção de matos e entulhos. Todos os serviços deverão ser prestados de forma cordial e prestativa perante aos moradores da comunidade. Informar à Prefeitura Municipal possíveis problemas, como danos e avarias nos espaços públicos.	
OBSERVAÇÃO:>>>Manter em bom estado todos os outros Bens Móveis e Imóveis (Patrimônio) que se encontra na localidade de propriedade do Município de Presidente Olegário.	
Contratação de profissional multitarefa localidade de São Pedro da Ponte Firme	R\$ 1.000,00



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019
ANEXO VI
MINUTA CONTRATUAL Nº /2019

Processo Licitatório nº.: 024/2019

Modalidade: Pregão Presencial nº.: 017/2019

Fiscal do Contrato: Júlio dos Reis Pereira

Gestor do Contrato: José Diqum Pacheco Silva



Por este contrato administrativo de prestação de serviços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOÃO CARLOS NOGUEIRA DE CASTILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 211.171 da SSP/DF e do CPF nº 096.557.941-72, residente e domiciliado na Rua José Félix, nº 59, Centro, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. ____/____-____ situada _____, _____/UF, CEP _____, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº. _____ e RG nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar a presente Ata, sob a regência das Leis Federais nºs. 8.666/93 e 10.520/2002, e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O contrato em tela será firmado de total acordo com o que estabelece a Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93), Lei 10.520/2002 e Decreto nº. 319/2006 e suas posteriores alterações, integrantes do Processo Licitatório nº. 024/2019 por meio do Pregão Presencial nº. 017/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente contrato é a **contratação de empresa ou profissional para manutenção do sistema de abastecimento de água, manutenção e zeladoria dos bens móveis e imóveis do patrimônio do município, nas localidades de Bela Vista, São Pedro da Ponte Firme e Andrequicé.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Pagar à Contratada o valor resultante dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento contratual;
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

3.2. São obrigações da CONTRATADA:

- Executar os serviços conforme descrições da Cláusula Sétima e solicitações da secretaria requisitante;
- Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual;
- Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do contrato;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES

4.1. A presente prestação de serviços tem o valor de R\$ _____, _____.
(*planilha de custos*).

4.2. Os pagamentos serão efetuados em até 10 dias após a emissão da Nota Fiscal, através de crédito em conta corrente, devendo a licitante vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da nota ou em anexo, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato.



4.3. Em caso de alteração de conta bancária, a contratada deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Para atender às despesas decorrentes desta contratação, serão utilizados os recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

661 - 02.08.01.04.122.1502.2044.3.3.90.36.00.Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física

662 - 02.08.01.04.122.1502.2044.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTRATO

6.1. Esta contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

6.2. O contrato poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 57 da lei 8.666/93.

6.3. Poderão ser realizadas alterações contratuais, com as devidas justificativas, respeitando o disposto no artigo 65 da lei 8.666/93, portanto, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. O contrato poderá ser reajustado após transcorrido o período mínimo de 12 meses e será utilizado o menor índice IGP-M/INPC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1.A licitante vencedora do certame fica na obrigação de iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

7.2. Os serviços, objeto deste contrato, deverão ser executados sempre que necessário, de segunda a segunda, inclusive feriados, sob aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento.

7.3. Executar os serviços de acordo com o Anexo I, bem como, em conformidade com o Plano de Trabalho, Anexo V, deste instrumento convocatório.

7.4. O licitante vencedor do item 002, cujo serviços realizados na comunidade de Andrequicé, terá como incumbência a coleta do lixo durante todo o período de vigência do contrato, dessa forma, qualquer equipamento que eventualmente necessite ficará a encargo do contratado, assim sendo, se responsabilizando por qualquer ônus referente ao serviço.

7.5. O prestador do serviço deverá ser residente (morador) na localidade, onde executará os serviços deste certame.

7.6. A contratada deverá zelar pela boa prestação dos serviços e deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.7.A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.

2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

2.1. Advertência;

2.2. Multa, nos seguintes percentuais:

2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia de atraso na inexecução do contrato;

2.2.2. 3,0% (três por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução total das obrigações contratuais.

2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

2.4. Impedimento de licitar e contratar;

2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso V do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta ata, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, ____ de _____ de 2019

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
João Carlos Nogueira de Castilho
Prefeito Municipal

José Diquim Pacheco Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Júlio dos Reis Pereira
*Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente*

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - _____
Mateus Araújo de Freitas CPF: 342.741.891-04

II - _____
Fabricia Cristina Carvalho Barbosa Gomes CPF: 096.833.046-05.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019
ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, MANUTENÇÃO E ZELADORIA DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, NAS LOCALIDADES DE BELA VISTA, SÃO PEDRO DA PONTE FIRME E ANDREQUICÉ.

Secretarias requisitantes:

- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

I – OBJETIVO: Realização de processo de licitação para contratação de empresa ou profissional para manutenção do sistema de abastecimento de água, manutenção e zeladoria dos bens móveis e imóveis do patrimônio do município, nas localidades de Bela vista, São Pedro da Ponte Firme e Andrequicé.

II – JUSTIFICATIVA: A presente contratação faz-se necessária pela necessidade de melhorias na logística de fornecimento de água nas comunidades rurais, também por precisar de manutenção preventiva e corretiva do sistema de abastecimento e da manutenção e limpeza rotineira dos logradouros públicos das comunidades em questão.

III – DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS A SEREM ADQUIRIDOS:

1. Nos termos do disposto no art. 1º da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, os bens a serem adquiridos são considerados bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais no mercado.
2. O serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

IV – PRAZO: O prazo de vigência desta licitação será de 12 (doze) meses.

V – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

1. A licitante vencedora do certame fica na obrigação de iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato.
2. Os serviços, objeto deste contrato, deverão ser executados sempre que necessário, de segunda a segunda, inclusive feriados, sob aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento.
3. Executar os serviços de acordo com o Anexo I, bem como, em conformidade com o Plano de Trabalho, Anexo V, deste instrumento convocatório.
4. O licitante vencedor dos serviços realizados na comunidade de Andrequicé, terá como incumbência a coleta do lixo durante todo o período de vigência do contrato, dessa forma, qualquer equipamento que eventualmente necessite ficará a cargo do contratado, assim sendo, se responsabilizando por qualquer ônus referente ao serviço.
5. **O prestador do serviço deverá ser residente (morador) na localidade, onde executará os serviços deste certame.**
6. A contratada deverá zelar pela boa prestação dos serviços e deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
7. **A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.**

VI – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, em até **10 dias**, após recebimento da Nota Fiscal e cumpridas todas as formalidades anteriores a esse ato, através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.
2. A despesa com as aquisições correrá à conta da dotação orçamentária abaixo, relativa ao exercício de 2019:

Fichas:

661 - 02.08.01.04.122.1502.2044.3.3.90.36.00.Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física

662 - 02.08.01.04.122.1502.2044.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

VII - DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO - Além de outras obrigações estipuladas no Contrato ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/1993, constituem obrigações do Município:

1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
2. Fiscalizar a execução do objeto;
3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto;
4. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados com relação ao objeto deste contrato;



Contratada:

1. Realizar o fornecimento conforme a cláusula V deste termo de referência;
2. Executar os serviços conforme Plano de Trabalho;
3. Cumprir satisfatoriamente fielmente o Contrato, executando-o sob sua inteira responsabilidade, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial;
4. Responsabilizar-se por todos os encargos que incidirem sobre a execução do contrato;
5. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93.
6. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual;
7. A empresa contratada deverá zelar pelo serviço satisfatoriamente e deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata de registro de preços e o contrato.

VIII – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

1. As Secretarias requisitantes reserva para si o direito de não aceitar qualquer produto em desacordo com o previsto no Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais e/ou técnicas pertinentes ao objeto.
2. Os quantitativos previstos poderão variar, para mais ou para menos, sem que isso implique em alteração dos preços ofertados, em obediência ao disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
3. Este Termo de Referência é regido pelas normas de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos arts. 54 e 55, XII, da Lei nº 8.666/93.

Jose Diquim Pacheco Silva
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos
Presidente Olegário - MG

Júlio dos Reis Pereira
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária
Abastecimento e Meio Ambiente
Presidente Olegário-MG